



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº43/2024

Período: 23/11/2024 a 29/11/2024

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Operação Contragolpe I: periódicos repercutiram detalhes do inquérito da Polícia Federal
- 2- Operação Contragolpe II: Polícia Federal associou tentativa de golpe de Estado com caso da “Abin paralela
- 3- Operação Contragolpe III: periódicos repercutiram depoimento de Mauro Cid
- 4- Operação Contragolpe IV: Periódicos e colunistas comentaram as investigações
- 5- Operação Contragolpe V: autoridades e instituições comentaram investigações
- 6- Operação Contragolpe VI: Bolsonaro comentou as investigações
- 7- Operação Contragolpe VII: Bolsonaro saiu do país em 2022 para evitar risco de prisão nos antecedentes do 8 de janeiro
- 8- Especialistas comentaram projeto de anistia a golpistas envolvidos no 8 de janeiro
- 9- As dificuldades dos ajustes fiscais nas Forças Armadas
- 10- Partido dos Trabalhadores retomou proposta de emenda sobre o envolvimento de militares na política
- 11- Comando do Exército se recusou a abolir homenagem ao golpe de 1964

1- Operação Contragolpe I: periódicos repercutiram detalhes do inquérito da Polícia Federal

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Polícia Federal (PF) concluiu que o ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL) foi o principal articulador da tentativa de golpe de Estado em 2022, detalhando seu envolvimento em uma organização criminosa que planejou a abolição do Estado democrático de direito. Segundo o relatório da PF, Bolsonaro não apenas incentivou a narrativa de fraude nas urnas, mas também elaborou um decreto para impedir a posse do governo eleito e impor o estado de defesa. O relatório também apontou que o ex-presidente foi informado sobre planos de assassinato de figuras como o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Além disso, a investigação apurou o apoio de militares ao plano golpista, que não teria se concretizado devido à resistência de líderes das Forças Armadas. Já segundo o *Correio Braziliense*, o relatório de 884 páginas descreve, em

detalhes, reuniões secretas que ocorreram no Palácio do Planalto e no Palácio da Alvorada, onde o ex-presidente buscou apoio de militares para um golpe. A Marinha, então sob o comando do almirante Almir Garnier, teria sido a única Força a oferecer apoio, mas sem o respaldo das outras Forças. A PF também revelou que, durante a investigação, foi encontrada uma carta escrita por militares com a intenção de convencer a população e as Forças Armadas a apoiarem a ação, mencionando a alegada fraude nas eleições de 2022. A carta, que foi debatida em uma reunião de militares em Brasília, defendia a atuação do Exército para restabelecer a ordem no país, com o apoio explícito a Bolsonaro. Por fim, segundo *O Estado de S. Paulo*, os investigadores afirmam que, apesar da ação planejada, o golpe não foi consumado devido a "circunstâncias alheias à vontade" de Bolsonaro. A *Folha de S. Paulo* noticiou que o documento da trama, denominado "Planejamento - Punhal Verde Amarelo", foi criado pelo general da reserva Mário Fernandes. Além disso, o jornal pontuou que foram encontrados documentos e mensagens que relatam o planejamento detalhado de cada etapa da trama e a necessidade de um orçamento de R\$100 mil para a operação. Em outra reportagem, *O Estado de S. Paulo* destacou o uso de recursos do Exército por parte de militares investigados da turma de 2000 da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), como viaturas e fundos, para planejar o golpe, além de práticas ilegais, como falsificação de documentos e apropriação de identidades falsas. Outro ponto analisado foi a participação dos "kids pretos", isto é, militares formados nos cursos de operações especiais do Exército. Em outra reportagem, a *Folha* informou que dentre os indiciados pela Polícia Federal (PF), 12 são "kids pretos", incluindo o general Mario Fernandes. De acordo com o periódico, Fernandes foi chefe do Comando de Operações Especiais do Exército até 2020 e ordenou que outros membros do "kids pretos", como o tenente-coronel Rafael Martins de Oliveira, executassem os planos do golpe. Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, Fernandes pressionou o general Júlio César de Arruda, futuro comandante do Exército, em 28/12/2022, para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e executar um golpe de Estado. A abordagem teria acontecido no Quartel-General do Exército em Brasília, com a presença de dois coronéis da reserva. Arruda rejeitou a proposta, expulsou Fernandes e os coronéis de seu gabinete e proibiu que voltassem enquanto ele fosse comandante. Arruda foi demitido por Lula em janeiro de 2023, após os ataques às sedes dos Três Poderes. Fernandes também pressionou o então comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, enviando uma carta apelando por "ação imediata" e acusando-o de passividade. Ainda segundo *O Estado*, Freire Gomes considerou prender Fernandes, mas desistiu temendo reações de Bolsonaro. Segundo reportagens do *Correio*, uma série de mensagens de áudio trocadas entre os envolvidos indicam um senso de urgência entre o grupo, para que uma ação fosse desfechada antes de 12/12/2022, data da diplomação da chapa vencedora das eleições presidenciais daquele ano. O tenente-coronel Mario Cid teria dito ao general Mario Fernandes que conversaria com Bolsonaro, que, segundo ele, teria uma personalidade de quem "espera para ver até onde vai", no intuito de apressá-lo a tomar uma decisão. Em outra mensagem enviada a Fernandes, o coronel do Exército Roberto Raimundo Criscuoli também pressiona pela urgência de um golpe contra "os vermelhos", em referência a comunistas ou petistas, afirmando que "Democrata é o cacete, não tem que ser mais democrata agora". Transcrições dos áudios de Fernandes feitas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* mostram que o general, por sua vez,

tentou pressionar o então ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, general Luiz Eduardo Ramos, para que desse uma “forçada de barra com o Alto Comando”, solicitando que o relatório do Ministério da Justiça sobre as urnas eletrônicas apresentasse os mesmos pontos que um marqueteiro argentino apresentou em uma transmissão ao vivo na internet, muito difundida entre bolsonaristas, incluindo os filhos do ex-presidente Bolsonaro. O objetivo, segundo ele, seria “inflamar a massa” “pra (sic) que ela se mantenha nas ruas”, buscando emular “o clamor popular, como foi em 64”, em referência ao golpe de Estado que instaurou a Ditadura Militar (1964-1985). Ainda de acordo com reportagem do *Estado*, a Marinha negou a ordem para o uso de blindados na tentativa de golpe de Estado, opondo-se à informação presente no relatório PF, que menciona a prontidão dos equipamentos para o intento golpista. Em nota publicada no dia 27/11/2024, a Marinha afirma que “A constante prontidão dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais não foi e nem será desviada para servir a iniciativas que impeçam ou restrinjam o exercício dos Poderes Constitucionais”. Segundo a *Folha*, essas acusações surgiram diante de uma conversa entre uma pessoa desconhecida, denominada Riva, e o tenente-coronel Sérgio Ricardo Cavaliere. Nas mensagens, Riva aponta que “O Alte Garnier é PATRIOTA. Tinham tanques no Arsenal prontos”, se referindo ao ex-comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, que foi o único chefe das Forças Armadas que apoiou o golpe de Estado planejado por Bolsonaro. A *Folha* informou ainda que as investigações da Polícia Federal seguem tentando descobrir a identidade de três envolvidos no planejamento de assassinar Lula, Alckmin e Moraes, que utilizavam codinomes e linhas telefônicas registradas em nomes de terceiros, não envolvidos com a tentativa de golpe. (Correio Braziliense – Política – 26/11/24; Correio Braziliense - Política - 27/11/24; Folha de S. Paulo - Política - 25/11/24; Folha de S. Paulo – Política – 26/11/24; Folha de S. Paulo - Política - 27/11/24; Folha de S. Paulo - Política - 28/11/24; O Estado de S. Paulo - Política - 26/11/24; O Estado de S. Paulo - Política - 27/11/24; O Estado de S. Paulo - Política - 28/11/24)

2- Operação Contragolpe II: Polícia Federal associou tentativa de golpe de Estado com caso da “Abin paralela”

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, a Polícia Federal (PF) indiciou o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), e outros 36 aliados em um relatório que vincula a tentativa de golpe de Estado com o caso da “Abin paralela”. O caso envolve uma estrutura paralela dentro da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que estaria organizada como uma célula dentro de uma estrutura criminosa. A operação revelou que a Abin paralela estava envolvida em um plano golpista, que incluía ações como a tentativa de assassinato do então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. A investigação apontou que vários dos indiciados, incluindo o ex-diretor da Abin, Alexandre Ramagem, e o ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, estavam envolvidos na trama golpista e em ataques à legitimidade das urnas eletrônicas. Ainda de acordo com os periódicos, a PF encontrou evidências de que Ramagem ajudou a criar argumentos para descreditar o processo eleitoral e apoiou a ideia de uma intervenção militar. Também foram

interceptadas mensagens trocadas entre os envolvidos discutindo um "decreto de intervenção", que visava "romper a ordem democrática". (Correio Braziliense - Política -23/11/24; Folha de S. Paulo – Política - 23/11/2024; O Estado de S. Paulo - Política 23/11/2024;)

3- Operação Contragolpe III: periódicos repercutiram depoimento de Mauro Cid
De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, o tenente-coronel Mauro Cid, durante seu depoimento ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, afirmou que o ex-ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, participou de uma reunião com militares em 12/11/2022, em que se discutiu um plano golpista. Cid confirmou que foi ele quem levou os tenentes-coronéis Rafael de Oliveira e Hélio Ferreira Lima à residência de Braga Netto, mas afirmou não saber o que foi discutido no encontro. O ex-ministro negou sua participação, mas a Polícia Federal confirmou a presença de Braga Netto na reunião. Ainda segundo os jornais, Cid também relatou que o general Mario Fernandes pediu apoio para planos golpistas, incluindo a execução de decretos para reverter o resultado eleitoral e assassinatos de figuras como o então presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente da República eleito, Geraldo Alckmin, e o ministro Alexandre de Moraes. Cid negou saber sobre os planos de assassinato, mas indicou que houve uma tentativa de influenciar o ex-presidente da República Jair Bolsonaro a apoiar ações golpistas. Além disso, Cid confirmou que recebeu mensagens de militares interessados em participar de atos golpistas, mas negou financiar essas manifestações. (Correio Braziliense – Política – 23/11/24; Folha de S. Paulo – Política – 23/11/24; O Estado de S. Paulo – Política – 23/11/24)

4- Operação Contragolpe IV: Periódicos e colunistas comentaram as investigações

Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* criticou a postura de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que têm se manifestado publicamente sobre casos ainda em julgamento em vez de manter a imparcialidade esperada de uma Corte Suprema. O periódico destacou que, após ataques e ameaças à instituição, a resposta da Corte deveria ser serena e institucional, por meio de notas oficiais, evitando o individualismo e a espetacularização. A condenação dos ataques à democracia seria mais eficaz se feita de forma comedida, reforçando o papel da democracia sem antecipar juízos de valor sobre investigações e processos em andamento. Para *O Estado*, a atitude de ministros como Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, que, “incapazes de esperar”, comentaram publicamente sobre casos ainda não julgados, enfraqueceria a legitimidade da Corte e prejudicaria a imagem da instituição. Em coluna opinativa ao periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Álvaro Costa e Silva descreveu a ligação do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, com grupos extremistas dentro das Forças Armadas, destacando o caso dos "kids pretos", uma força especial do Exército, e alguns de seus integrantes que teriam planejado a eliminação de adversários políticos como parte de uma tentativa de golpe de Estado, incluindo o então presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente da República eleito, Geraldo Alckmin, e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de

Moraes, após a eleição presidencial de 2022. De acordo com Costa e Silva, o plano foi frustrado, mas a trama refletiria o desejo de Bolsonaro por uma guerra civil, como ele já havia expressado em declarações públicas durante seu tempo como deputado. O colunista criticou a tentativa de normalizar esse discurso extremista, que agora é associado ao indiciamento do ex-presidente pela tentativa de golpe. Em editorial, *O Estado de S. Paulo* declarou que a quantidade de generais suspeitos de estarem envolvidos na conspiração é preocupante. A análise foi que, mesmo com dúvidas relacionadas à suposta trama para manter Jair Bolsonaro no poder, se ela não vingou foi provavelmente graças ao fato da maior parte dos chefes militares, especialmente o Alto Comando do Exército, terem permanecido fiéis à Constituição e que se for confirmada a conspiração que pretendia o assassinato das maiores autoridades do governo vigente, pode-se dizer que “o Brasil escapou de ser tragado por uma das mais graves crises de uma história já bastante marcada por golpes e insurreições”. O jornal ainda enfatizou o quão fundamental é ressaltar que o respeito à Constituição e ao Estado Democrático de Direito não é opcional, e que as escolas militares têm a responsabilidade de instigar esses valores desde o início da formação dos soldados. Em coluna ao mesmo jornal, a jornalista Eliane Cantanhêde chamou o plano de macabro, pois além de objetivar o assassinato do presidente, seu vice, do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e querer o decreto de Estado de Defesa no país para facilitar uma nova ditadura, o plano também já continha bolsonaristas pré-definidos para ocupar postos estratégicos no pós-golpe. Entre eles, nomes como os generais Augusto Heleno e Walter Braga Neto constavam para comandar o Gabinete de Intervenção, que serviria para instalar o “novo regime”. A jornalista finalizou afirmando que as investigações comprovaram detalhadamente a gravidade do plano golpista e a correlação dos nomes indiciados com uma agenda de crimes. Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o cientista político Sérgio Abranches pontuou que o inquérito do golpe só terminará quando todos os envolvidos forem punidos com a pena máxima. Segundo ele, a condenação e o encarceramento dos golpistas representaria o fim da “impunidade crônica” que se perpetua no Brasil em casos de crimes políticos. No periódico *Folha de S. Paulo*, o também cientista político Celso Rocha de Barros relatou que Bolsonaro tentando persuadir chefes militares, kids pretos planejando mortes, políticos aliados e acampamentos nos quartéis eram parte do mesmo objetivo de tentar estabelecer apoio popular ao golpe e que os bandidos do bolsonarismo queriam uma guerra civil ao tentar matar quem ganhou a eleição. Rocha de Barros ainda ressaltou o bom funcionamento das instituições, ao citar os indiciamentos feitos pela PF. Também em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, a doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Camila Rocha, destacou que o indiciamento dos militares por tentativa de golpe é um fato histórico que representa um caminho para que os civis controlem as Forças Armadas. Segundo Rocha, historicamente os governos civis no Brasil sempre foram tutelados pelos militares, inclusive durante a redemocratização. Dessa forma, investigar e punir os militares envolvidos caracteriza uma mudança para que os militares sejam “tutelados pela democracia”. Já o colunista Elio Gaspari, redigiu um texto sobre como seria se o plano fosse bem sucedido e comentou que, no Brasil, esse seria o único golpe destinado a manter no poder uma patota de oficiais palacianos. Ainda para a *Folha*, o jornalista Vinicius Torres Freire definiu

o grupo do 'Punhal Verde Amarelo' como inepto e tosco e disse que “esse é o padrão de ataque à democracia”. Torres criticou militares por serem pouco qualificados moral e profissionalmente; citou como o general Mário Fernandes, que liderou a operação e parte dos grupos do 8 de Janeiro, imprimiu o plano de golpe no Palácio do Planalto e notou sobre o silêncio de boa parte do centrão e o direitão do Congresso, concluindo que estes serão cúmplices do golpismo. Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, a jornalista Dora Kramer comentou sobre a relação entre os atos golpistas de 8 de janeiro 2023, o homem que se explodiu na praça dos Três Poderes em 13/11/2024 e os planos para um golpe de Estado recém revelados pela Polícia Federal, afirmando que todos os que acreditaram na chance de Jair Messias Bolsonaro (PL) continuar no poder de forma inconstitucional estavam unidos pelo “inconformismo violento ante as regras da legalidade”. Em todos os casos, a jornalista rejeita a possibilidade de anistia aos envolvidos. Em outra coluna, o jornalista Joel Pinheiro da Fonseca afirmou que, apesar de Bolsonaro alegar que desistiu do golpe na reta final, ele tinha conhecimento do plano e o desejava, fato corroborado pelo depoimento do general Freire Gomes, que se reuniu com Bolsonaro mais de uma vez em dezembro de 2022, e pelas propostas de mudanças na minuta do decreto de operação de garantia da lei e da ordem (GLO) que deveria assinar para dar início ao plano. Para o colunista, o golpe não se concretizou pela relutância de Bolsonaro, “acovardado” com a falta de apoio dos comandantes do Exército e da Aeronáutica e pela chance de ser preso caso assinasse a GLO. Com o abandono de Bolsonaro, ocorreram os eventos de 8 de janeiro 2023, uma “intentona desesperada de milhares de golpistas órfãos de Bolsonaro”. Para o autor, apesar de se tratar de um golpe, ele foi iniciado por forças populares depois da transição, diferentemente do planejado pelas forças golpistas. Nos planos apreendidos pela Polícia Federal, o golpe teria que ser dado antes da mudança de governo. Ainda na *Folha*, o antropólogo Juliano Spyer ressaltou a necessidade de cautela quanto ao anúncio na grande mídia do plano e as prisões dos envolvidos no golpe, que o campo democrático, especialmente a esquerda brasileira, parece celebrar. Segundo o jornalista, é um erro acreditar que o restante do país acompanha as notícias pelas mesmas fontes de informação, principalmente os evangélicos, que formaram a principal base de apoio eleitoral do bolsonarismo em 2018 e 2022. Tal grupo possui um ecossistema comunicacional próprio, no qual as Igrejas atuam como algoritmos, filtrando de maneira implícita ou explícita as informações que circulam em ambientes compartilhados. Em coluna opinativa n’*O Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde afirmou que o plano de golpe de Estado, engendrado pela “rataria” minoritária das Forças Armadas, envergonhou a instituição militar. A autora diz ser inexplicável, para quem respeita as Forças Armadas, o fato de tantos oficiais terem aderido “tão docemente” às ordens e delírios do capitão Bolsonaro, desprezado pela corporação por décadas. Cantanhêde conclui que, apesar dos comandos do Exército e da Aeronáutica não terem compactuado com o golpe, é necessária uma grande reflexão nas Forças, com a extinção dos “ratos” para que um caso como a ditadura não se repita. Por fim, em outro editorial, o *Estado* destacou que aqueles que conhecem o passado e a vida pública de Bolsonaro não se surpreendem com as investigações da PF sobre a tentativa de golpe de Estado. Ao relatar as controvérsias da carreira de Bolsonaro tanto no Exército quanto como político, o jornal enfatizou o objetivo central do ex-presidente, que é enriquecer sua própria família. Ademais, classificou como estarrecedor que

ainda se admita alguém como Bolsonaro na vida política. (Correio Braziliense - Política - 25/11/24; Folha de S. Paulo - Opinião - 23/11/24; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 24/11/24; Folha de S. Paulo - Opinião - 25/11/24; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 26/11/24; Folha de S. Paulo - Política - 26/11/24; O Estado de S. Paulo – Notas e informações – 23/11/24; O Estado de S. Paulo - Política - 24/11/24; O Estado de S. Paulo - Política - 26/11/24; O Estado de S. Paulo – Notas e informações – 28/11/24)

5- Operação Contragolpe V: autoridades e instituições comentaram investigações

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o ex-presidente da República, Michel Temer (MDB), ao comentar sobre o que chamou de atual "radicalização" do país, comparou os atos golpistas de 8 de janeiro 2023 com as manifestações contra a reforma da Previdência organizadas por centrais sindicais durante seu governo (2016-2018). A declaração foi feita em 25/11/2024 durante um evento organizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em São Paulo. Ao relembrar o ocorrido, Temer afirmou que após algumas horas de manifestação, um de seus ministros sugeriu chamar as Forças Armadas para uma operação de garantia da lei e da ordem (GLO), porém o ex-presidente decidiu "seguir em frente", motivado pela determinação constitucional de adotar solução pacífica para todas as controvérsias. Ainda segundo a *Folha*, em entrevista após o evento, Temer foi questionado sobre o indiciamento do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (PL), e sobre as revelações de planos para matar o então presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente da República eleito, Geraldo Alckmin (PSB), e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Temer disse não ver riscos para a democracia e minimizou a participação de militares no plano, afirmando se tratar de "alguns militares" e não "a instituição como um todo.". Ainda no dia 25/11/2024, segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o atual comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, afirmou que só irá se manifestar sobre a Operação Contragolpe, que prendeu oficiais de alta patente, após o fim das investigações da Polícia Federal (PF). O ministro do STF, Edson Fachin, afirmou que, embora os fatos sejam graves e devam ser apurados, a democracia brasileira é mais forte do que as circunstâncias em questão. Ele defendeu o cumprimento rigoroso dos processos legais, destacando a importância da ampla defesa e o respeito aos direitos constitucionais dos indiciados. Fachin também ressaltou que a maioria das forças civis do Brasil compreende a importância do processo eleitoral e da soberania popular como pilares da democracia, e disse que a investigação, apesar da gravidade, não gerou "turbulência institucional" e está cumprindo seu papel. Já Ricardo Cappelli, ex-interventor no Distrito Federal após os ataques de 8 de janeiro de 2023 e ex-secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, defendeu condenações rigorosas e exemplares para os indiciados pela PF na trama golpista. Cappelli elogiou a PF pela investigação cuidadosa que resultou no indiciamento de 37 pessoas, incluindo o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, o ex-ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, e outros aliados. Para ele, esse julgamento histórico seria crucial para estabelecer um marco na história do Brasil, já que nunca antes uma conspiração golpista foi levada a julgamento. Cappelli também disse ver uma conexão entre

os ataques de 8 de janeiro e o plano para matar Lula, Alckmin e Moraes, ligando a trama à reação imediata da derrota nas eleições e aos acampamentos em frente aos quartéis, autorizados por Bolsonaro. De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) prevê uma reunião no dia 09/12/2024 para discutir a ameaça de golpe de Estado, incluindo um plano de assassinato do presidente Lula, do vice Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes. A OAB alertou para o risco de desestabilização das instituições e perda de direitos fundamentais, como os de mulheres, negros, pessoas com deficiência e LGBTQIA+. A entidade também exigiu a continuidade das investigações e a responsabilização dos envolvidos. (*Correio Braziliense* - Política - 23/11/24; *Folha de S. Paulo* - Política - 23/11/24; *Folha de S. Paulo* - Política - 26/11/24; *O Estado de S. Paulo* - Política - 26/11/24)

6- Operação Contragolpe VI: Bolsonaro comentou as investigações

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, em declaração feita em Brasília em 25/11/2024, o ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (PL), rejeitou as acusações de envolvimento em uma suposta trama para um golpe de Estado, classificando-as como "loucura" e enfatizando sua atuação dentro dos limites constitucionais. Ele criticou o inquérito da Polícia Federal (PF), destacando a ausência do Ministério Público (MP) na investigação, o que, segundo ele, comprometeria a imparcialidade do processo. Bolsonaro argumentou que um golpe seria inviável sem o apoio total das Forças Armadas e que qualquer ideia nesse sentido nunca foi considerada. Ele também questionou a viabilidade de um golpe, mencionando que o Brasil seria isolado internacionalmente. Seu advogado, Paulo Amador da Cunha Bueno, reforçou a necessidade de envolvimento da Procuradoria-Geral da República (PGR), elogiando o procurador Paulo Gonet e expressando confiança em uma análise cautelosa do relatório. O advogado também criticou a gestão anterior por ignorar pedidos de arquivamento de inquéritos. Bolsonaro concluiu afirmando que buscou soluções para a insatisfação no país sempre dentro da legalidade e que nunca houve planejamento ou ação relacionada a um golpe. Ainda na noite do dia 25/11/2024, segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, Bolsonaro compartilhou na rede social X a análise de um procurador, César Dario Mariano, que argumenta que a trama não configura crime, pois à época dos fatos Lula ainda não havia tomado posse como presidente. O procurador sustenta que, segundo o artigo 365 do Código Penal, o crime de golpe de Estado exige a existência de um governo "legitimamente constituído", o que ele entende não se aplicar antes da posse. A argumentação provocou divergências, com alguns especialistas defendendo que a diplomacia de Lula já tornava legítimo seu governo e que a tentativa de impedir sua posse configuraria o crime. Outros destacam que o planejamento e os atos preparatórios, embora odiosos, podem não configurar tentativa concreta, enquanto muitos argumentam que, nesse caso, a tentativa já seria punível, devido à gravidade e ao contexto político. O debate gira em torno da definição de "governo constituído", o momento em que a tentativa se caracteriza, e se desistências voluntárias excluem a responsabilidade penal. A Polícia Federal aponta que a missão planejada foi abortada, mas considera o ato como parte de uma cronologia que deveria ser penalizada pela tentativa em si. Em outra reportagem, a *Folha* destacou que Bolsonaro argumentou que nenhum plano golpista foi efetivamente iniciado e questionou a punição por "crimes de opinião".

O periódico afirma que o ex-presidente está se posicionando como defensor da democracia, porém acumula uma série de declarações de cunho golpista ao longo de seu mandato, a exemplo da declaração de que as Forças Armadas seriam um "poder moderador" e garantidor da liberdade e democracia, estando submetidas diretamente ao seu comando. Após a derrota nas eleições de 2022, Bolsonaro também fez declarações sugerindo que os militares eram o último obstáculo ao socialismo. Em editorial, a *Folha* avaliou que as investigações da PF esclarecem que Bolsonaro e Braga Netto agiam em conjunto e com o mesmo propósito: Bolsonaro trabalhou na convocação dos comandantes das Forças Armadas que seriam importantes para a conspiração; já Braga Netto tinha o papel de coagir os chefes militares e coordenou o plano que levaria à morte de Lula e Alexandre de Moraes. Na avaliação do jornal, apesar de discursos e declarações, nenhum dos dois refuta que houve a elaboração de um decreto golpista que impediria a posse do presidente eleito. Por fim, segundo o *Correio Braziliense*, mesmo com as investigações da PF a respeito da trama golpista envolvendo Bolsonaro, a popularidade do ex-presidente segue em alta. O jornal noticiou um levantamento do instituto Paraná Pesquisas que indica que, se as eleições presidenciais ocorressem hoje, Bolsonaro teria 37,6% dos votos, contra 33,6%, de Luiz Inácio Lula da Silva. O levantamento foi realizado de 21 a 25/11/2024, com margem de erro de 2,2% para mais ou menos. (*Correio Braziliense* - Política - 26/11/24; *Correio Braziliense* - Política - 28/11/24; *Folha de S. Paulo* - Política - 26/11/24; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 28/11/24)

7- Operação Contragolpe VII: Bolsonaro saiu do país em 2022 para evitar risco de prisão nos antecedentes do 8 de janeiro

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Polícia Federal (PF) concluiu, no relatório final da investigação sobre os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, que o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, deixou o Brasil no final de 2022 para evitar ser preso e para aguardar o desfecho das invasões aos Três Poderes em Brasília. O relatório aponta que, ao perceber que o golpe não tinha o apoio das Forças Armadas para se concretizar, Bolsonaro e aliados prepararam uma fuga para os Estados Unidos. Ele usou o avião presidencial e passou três meses em um condomínio na Flórida, durante a transição de governo. De acordo com editorial da *Folha de S. Paulo*, o silêncio de Bolsonaro somente foi quebrado no dia 09/12/2022, com um discurso improvisado aos seus apoiadores, no qual afirmou que "as Forças Armadas são o último obstáculo para o socialismo". E em 8 de janeiro de 2023, por sua vez, bolsonaristas invadiram a sede dos Três Poderes. Logo, o que a PF busca traçar é uma conexão entre todos esses acontecimentos. Além disso, a PF também revela que Bolsonaro estava ciente dos planos para o golpe e manteve contato com os financiadores dos acampamentos golpistas, como demonstrado por mensagens trocadas entre seu ajudante de ordens, tenente-coronel Mauro Cid, e outros envolvidos na trama. Por fim, o relatório revela como membros do governo Bolsonaro estavam diretamente ligados aos acampamentos em frente aos quartéis e às tentativas de desestabilizar o processo eleitoral. A PF também destaca que mensagens interceptadas evidenciam a articulação de militares e aliados políticos para promover uma ação violenta contra o novo governo eleito, como a tentativa de invasão à Polícia Federal em dezembro de 2022. Segundo reportagem do *Correio Braziliense*, os então comandantes da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de

Almeida Baptista Júnior e do Exército, general Marco Antonio Freire Gomes, se recusaram a se juntar aos simpatizantes do golpe de Estado. Como consequência disso, foram acometidos por campanhas difamatórias nas redes sociais, que eram promovidas por outros membros do alto escalão das Forças Armadas favoráveis ao golpe. De acordo com a investigação, existem indícios de que o ex-ministro da Defesa, Walter Braga Netto, tenha dado ordens para que não somente os oficiais fossem atacados, mas também as suas famílias, fazendo com que Baptista Júnior, por exemplo, desativasse suas redes sociais. (Correio Braziliense - Política - 28/11/2024; Correio Braziliense - Política - 27/11/24; Folha de S. Paulo - Política - 27/11/24; Folha de S. Paulo - Opinião-28/11/2024).

8- Especialistas comentaram projeto de anistia a golpistas envolvidos no 8 de janeiro

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* destacou um projeto em tramitação na Câmara dos Deputados sobre anistia aos participantes dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, e que poderia beneficiar o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (2019-2022), do Partido Liberal (PL), tornando-o elegível novamente. O projeto, que tramita com outras propostas relacionadas a sanções eleitorais, poderia anular as condenações do ex-presidente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e revogar sua inelegibilidade. De acordo com a *Folha*, embora parte dos parlamentares, inclusive bolsonaristas, tenha desistido da anistia após o atentado recente em Brasília, outros ainda defendem a medida. Especialistas entrevistados pelo periódico alertaram que a proposta pode ser contestada no Supremo Tribunal Federal (STF), já que anistias não poderiam ser direcionadas a um único indivíduo. Ademais, segundo *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, a Argentina prendeu Joel Borges Correa, condenado no Brasil pela invasão das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Ele foi capturado na província de San Luis, quando tentava fugir para o Chile. Correa é o quarto foragido detido após mandados de prisão emitidos pelo Brasil. Outros três, Wellington Luiz Firmino, Joelton Gusmão de Oliveira e Rodrigo de Freitas Moro Ramalho, também foram capturados. A maioria dos foragidos pede refúgio na Argentina, alegando perseguição política. Enquanto isso, alguns bolsonaristas, incluindo o ex-presidente Bolsonaro e seu filho Eduardo Bolsonaro, planejam participar de uma conferência conservadora em Buenos Aires. (Folha de S. Paulo - Política - 23/11/24; O Estado de S. Paulo – Política – 23/11/24)

9- As dificuldades dos ajustes fiscais nas Forças Armadas

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, as Forças Armadas brasileiras contrataram 12.681 militares aposentados para funções administrativas e de assessoria, com um custo anual de cerca de R\$800 milhões. Essas contratações, que representam 7% dos militares da reserva, priorizam oficiais de alta patente, como capitães e coronéis. O modelo de contratação, chamado "Prestação de Tarefa por Tempo Certo" (PTTC), foi criado na década de 1990 e permite que os aposentados recebam um adicional de 30% em seus salários, com funções nas áreas de ensino, saúde e assessoramento. A média salarial desses militares chega a R\$22.694, podendo ultrapassar R\$47 mil para os oficiais-generais. Segundo a *Folha*, embora as Forças Armadas defendam o

modelo por ser mais econômico e aproveitar a vasta experiência dos aposentados, a contratação ocorre sem processos seletivos transparentes, o que gera críticas. Além disso, alguns contratados têm envolvimento com temas polêmicos, como a carta golpista assinada por militares aposentados em 2022. Em coluna opinativa para a *Folha*, a jornalista Adriana Fernandes afirmou que a reforma da previdência dos militares foi considerada branda e resultou em uma economia estimada de pouco mais de R\$2 bilhões por ano, bem abaixo da previsão inicial de R\$6 bilhões. As mudanças não alteram significativamente o sistema de proteção social dos militares, que inclui direitos como remuneração, pensão e assistência. Além disso, os militares conseguiram garantir um aumento remuneratório de 9%, sendo 4,5% em 2025 e a outra metade em 2026. Contudo, segundo reportagem do periódico *Correio Braziliense*, uma das propostas discutidas em reunião sobre o corte orçamentário em 25/11/2024 se refere às aposentadorias de militares. O periódico repassou informações divulgadas pela Marinha do Brasil em uma nota, que cita quatro medidas de contenção de gastos nas Forças Armadas discutidas durante as reuniões sobre os cortes orçamentários e que devem ser apresentadas no texto final do Projeto de Lei Complementar (PLP). Uma das proposições trata sobre o fim da “morte ficta”, quando um militar é considerado morto para fins jurídicos, extinguindo o direito à pensão para beneficiários declarados deste integrante. Outras propostas incluem o fim das pensões para familiares de militares expulsos por condenação judicial e a extinção da possibilidade de reversão da pensão instituída para o cônjuge ou filhos, após o falecimento desses, em favor de beneficiários da segunda ou da terceira ordem, como mãe, pai ou irmãos órfãos. Por fim, divulgou-se a fixação de uma idade mínima de 55 anos para a transferência para a reserva remunerada a pedido e a elevação gradual da alíquota de contribuição para os Fundos de Saúde, de 1,8% para 3,5%, em 2026. Segundo a *Folha*, as negociações em torno da nova idade mínima para a transferência para a reserva causaram atrasos na divulgação do pacote de ajuste fiscal do governo federal, sendo ainda necessária a criação de uma regra de transição para os militares. Apesar da pressão do governo federal por cortes, os militares conseguiram minimizar os impactos, e agora esperam que outras áreas do funcionalismo público, como o Judiciário e a Polícia Federal, contribuam para o ajuste fiscal. Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o atual comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, ao ser questionado se era favorável à suspensão do pagamento dos vencimentos de militares condenados ou expulsos pelo Exército, disse que o tema está sendo discutido pelos Ministérios da Defesa e da Fazenda, sendo direcionados para ajudar o Brasil a encontrar soluções para os problemas emergenciais que está atravessando. (*Correio Braziliense* - Economia - 26/11/24; *Folha de S. Paulo* – Colunas e blogs – 23/11/24; *Folha de S. Paulo*- Mercado- 23/11/24; *Folha de S. Paulo* – Mercado – 27/11/24; *O Estado de S. Paulo* - 26/11/24)

10- Partido dos Trabalhadores retomou proposta de emenda sobre o envolvimento de militares na política

Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, frente às investigações da Polícia Federal (PF) sobre trama golpista, o Partido dos Trabalhadores (PT) decidiu retomar a articulação para que haja a mudança do artigo 142 da Constituição, que versa sobre as atribuições das Forças Armadas. A emenda foi apresentada

no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023, e recebeu 126 assinaturas, 45 a menos do mínimo necessário para que fosse protocolada, 171. No entanto, o deputado petista, Carlos Zarattini, disse que a conjuntura mudou. A proposta, por sua vez, procura deixar claro que, em um sistema democrático, as Forças Armadas não podem fazer o papel de poder moderador, como os bolsonaristas interpretam de maneira errônea. A proposta de emenda também exclui a possibilidade de que um militar da ativa possa disputar as eleições e ocupar os cargos públicos. Entretanto, a *Folha* avaliou que a proposta tem enfrentado resistências do Ministério da Defesa, que busca apresentar uma alternativa mais branda, defendendo, assim, que militares que disputam as eleições sejam obrigados a passar para a reserva, mesmo se não forem eleitos. (Folha de S. Paulo - Política - 28/11/24)

11- Comando do Exército se recusou a abolir homenagem ao golpe de 1964

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Comando do Exército recusou pedido do Ministério Público Federal (MPF) de retirar de um quartel em Juiz de Fora (Minas Gerais) uma homenagem oficial ao dia 31/03/1964, data do golpe que deu início à Ditadura Militar (1964-1985). O MPF havia ingressado com uma ação civil pública contra a União para que fosse retirada da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha uma placa em que se autodenomina “Brigada 31 de março”, e a referência em seu site oficial acerca do seu “papel decisivo e corajoso na eclosão da revolução democrática”. Segundo o jornal, o local era a antiga sede da 4ª Região Militar, onde o general Olympio Mourão Filho, na data referida, mobilizou tropas em direção ao Rio de Janeiro para depor o então presidente da República, João Goulart. Em proposta de conciliação enviada à Procuradoria, o Exército aceitou retirar a referência no site e o letreiro, mas rejeitou todas as demais propostas, entre elas “revogar a portaria de 1974, editada durante a ditadura militar, que oficializou a reverência à data”, “criar um espaço de memória na unidade sobre a participação dela no golpe militar” e que “os militares da unidade passem por curso sobre o ‘caráter ilícito do golpe militar de 1964’ e as conclusões da Comissão Nacional da Verdade sobre o período”. No documento, assinado pelo general Márcio Nunes Ribeiro, chefe de gabinete do comandante do Exército, general Tomás Ribeiro Paiva, a instituição se referiu ao golpe apenas como “início do governo militar” e sugeriu, em contrapartida, que se instale na rua ou em algum museu da cidade “uma placa sem conotações político-ideológicas, que destaque o fato histórico do deslocamento de tropas de Juiz de Fora, viabilizando o início do governo militar de 1964” desde que “o conteúdo transcrito seja submetido previamente à anuência do Exército Brasileiro”. Ainda segundo a *Folha*, o Exército justificou a recusa de um curso para os oficiais alegando que “os assuntos relacionados aos temas dos direitos humanos constam na capacitação de seus quadros”. A Procuradoria rejeitou a proposta de conciliação e decidiu manter a ação. (Folha de S. Paulo – Política – 26/11/24)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Ana Julia Ferreira dos Santos

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Maria Luiza de Barros Costacurta

Mariana Sala

Yasmin Duarte Resende

Equipe redação UFRRJ

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva